DIREITOS HUMANOS E A CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA MILITANTE

CECÍLIA MARIA BOUÇAS COIMBRA*
MARIA BEATRIZ SÁ LEITÃO**

Resumo: O objetivo deste trabalho é trazer uma concepção de ética construída a partir da experiência de militância voltada para os direitos humanos no Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e relatar algumas práticas que vêm sendo exercidas, com ênfase na perspectiva filosófico-política que as norteiam. São considerados alguns temas vinculados a duas vertentes filosóficas, fundamentando-se uma proposição ética a partir das idéias afirmadas pela Filosofia da Diferença. Distinguem-se as noções de moral e ética, caracterizando-as através das perspectivas do bem/mal e do bom/mau. Apontam-se, ainda, as produções sociais presentes no mundo contemporâneo neoliberal, o Estado Penal e a predominância da concepção de periculosidade ainda vigente atribuída à pobreza e aos chamados transgressores, propondo-se uma ética que irá conceber o humano de uma outra forma, voltado para a cooperação e a solidariedade.

Palavras-chave: moral, ética, direitos humanos, produção de subjetividades.

Abstract: The goal of this work is to present a conception of ethics based in the militancy experience concerning human rights in Grupo Tortura Nunca Mais/RJ and to report on some of the activities that have been conducted, with an emphasis to the political-philosophical perspective that orients them. Aspects of two philosophical movements are taken into account, to construct a proposition of ethics with a starting point in the ideas affirmed by the Philosophy of Difference. The notions of morals and ethics are distinguished, formulated on the perspectives of good/evil and good/bad. Yet, the social productions in the current neo-liberal world, the punitive state and the prevalence of the idea of danger linked to poverty and to the so-called transgressors are referred to, proposing a new ethics, one that will conceive the human being in another manner, aimed towards cooperation and solidarity.

Key words: morals, ethics, human rights, subjectivity production.

Introdução

Não obstante, do mesmo modo que o poder tornou-se mais sutil com suas novas máquinas e formas de exercício, a vida, os devires ativos da vida também encontram ocasiões inéditas, inauditas e poderosas para reagir, criar, fazer passar o inesperado, o ar puro de nossos devires e a potência de novas composições no seio mesmo de suas máquinas cibernéticas de controle.
Luiz Fuganti

* Psicóloga. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Fundadora e Vice-Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Conselheira do Conselho Regional de Psicologia/RJ.

** Psicanalista e Analista Institucional. Membro da Equipe do Projeto Clínico do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Conselheira e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia/RJ.

Nossa implicação com o tema da ética advém das nossas práticas de militância vinculadas às lutas pelos direitos humanos no Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Há vinte anos buscamos visibilizar uma história que sistematicamente vem sendo negada, ocultada, silenciada: a violência das forças conservadoras diante da experiência das lutas pela afirmação da vida travadas durante a ditadura militar e a conexão possível destas com as lutas atuais voltadas para a afirmação de diferentes e singulares modos de viver, agir, pensar, perceber e sentir.

Lutar pelos direitos humanos tem, portanto, significado para nós. Não apenas denunciar as violações ocorridas ontem e hoje exigindo respostas do Estado, mas suscitar uma análise crítica das forças de um pensamento que, encarcerado em modos de verdade a priori, impede o pensar-criar, produzindo assujeitamentos.

Surgem daí algumas interrogações: partindo do pressuposto de que o humano é sempre produzido, de qual humano estamos falando? Um humano equilibrado, obediente às regras, leis, limites que irão garantir a ordem imposta pelos poderes dominantes, produzindo um sujeito dócil, adaptado e bom reprodutor desta engrenagem?

Tem sido nosso propósito dar relevo às invenções de outros modos ativos de existência onde a possibilidade de transformação e criação e onde as formas coletivas e solidárias de cooperação possam se atualizar e ganhar intensidade.

1. O mundo ideal do platonismo e o mundo da criação nos filósofos da diferença

> *Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos, antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela (...). O objeto não é senão o correlato da prática: não existe sem ela (...)*
> *Paul Veyne*

Compartilhamos com pensadores como Foucault, Deleuze e outros que as práticas sociais produzem incessantemente os saberes, os objetos, os desejos, enfim, o mundo e os homens que nele habitam. Diferentemente de uma certa concepção de ciência dominante no Ocidente que se funda em uma crença nas essências e verdades imutáveis, onde tudo que existe é naturalmente dado, tentamos nos conectar com a força de um pensamento que não apenas imita ou reproduz os modelos já dados, mas onde a verdade é sempre provisória e

múltipla, voltada para a potencialização, que não é algo pré-existente a ser descoberto e jamais...

> Uma maneira de pensar onde se separam as essências das coisas, as idéias dos corpos, os seres dos... (movimentos de transformação)... (Onde) as palavras distanciam-se dos corpos, expressando a eminência da teoria sobre a prática, imitando o logus divino, significando as essências eternas. (Quando) o discurso ganha eminência sobre os afetos e as coisas, pois expressa os significados ideais que o substituem ou o representam. (FUGANTI, 1990, p. 42).

Assim, torna-se para nós importante caracterizar duas formas de expressão do pensamento que estão no mundo e que se presentificam em qualquer área do conhecimento: o pensamento que se alia à diversidade da vida e o pensamento reduzido às regras, normas e certezas. "O primeiro constrói uma ética, enquanto o segundo segue aprisionado na moral" (ABREU, 1990, p. 60-61).

Este último pensamento dominante no Ocidente traz um determinado modo de conceber o mundo onde, diante do movimento da vida em suas infinitas e múltiplas mutações, busca meios para construir um mundo ordenado, seguro e permanente. Esta filosofia, concebida por Platão, irá desqualificar o mundo das experiências sensíveis, do movimento, por sua incapacidade de se auto-ordenar e, por isso mesmo, considerado fonte de ilusão e de erro.

É preciso, pois, buscar a ordem de um outro mundo de verdades permanentes. O filósofo fala da existência de dois mundos: o sensível e o das idéias perfeitas. No primeiro, diz que não pode haver verdadeiro conhecimento, pois o domínio do sensível é apenas opinião (conjectura e crença) e não saber. Só no mundo do inteligível, das idéias, das essências, lugar dos modelos superiores, é possível haver verdadeiro conhecimento.

Procura a inteligibilidade dos acontecimentos e das coisas sensíveis não neles mesmos, na imanência, mas em um outro mundo transcendente fora da experiência sensível. O mundo sensível é, pois, uma região inferior "e que, no melhor dos casos, conquista uma realidade segunda, torna-se cópia, caso deixe-se ordenar à semelhança do mundo modelar das alturas"(FUGANTI. 1990, p. 22).

Essas colocações poderiam apontar para um sujeito que, por seguir as leis, seria recompensado e para um outro que, estando fora delas, receberia castigos.

> É por medo dos castigos e esperança nas recompensas que o indivíduo submete-se a um poder que o separa de sua própria capacidade de agir e

> pensar livremente, desejando sua própria servidão (FUGANTI. 2001, P. 08).

Partimos, assim, do pressuposto de que o mundo, os objetos que nele existem, os sujeitos que nele habitam e, portanto, a realidade são produções histórico-sociais, não tendo uma existência em si, uma essência ou natureza. Eles são, pois, forjados historicamente por práticas que os objetivam e que são muito bem datadas. A realidade — enquanto produção histórica, não existindo em si e por si — está sempre sendo construída pelas práticas sociais, como um trabalho jamais acabado.

> Mas cada prática, ela própria com seus contornos inimitáveis de onde vem? Mas, das mudanças históricas, muito simplesmente, das mil transformações da realidade histórica, isto é, do resto da história, como todas as coisas (VEYNE. 1982, p. 259)

2. A ética como potência e a moral como servidão[1]

> *(…) os corpos débeis e impotentes não suportam a alegria da metamorfose e sentem-se ameaçados pela velocidade, pela ligeireza, pela leveza, pela dança, pela ousadia das forças ativas que deslizam numa superfície de encontros corpóreos (…).*
> *Luiz Fuganti*

Assim, segundo a concepção platônica, atribui-se à lei o poder de salvar o homem, pois este estaria dominado por tendências perversas visto sua "natureza" incompleta estar sempre em falta: eis o homem endividado, culpado, interminavelmente pagando seus juros existenciais.

> Por esses bizarros caminhos é que se chega a desejar a própria sujeição como se da liberdade se tratasse. Quando queremos formar nossos cidadãos, investimos em assujeitamento. Eis todo o cinismo da idéia moderna de liberdade (FUGANTI. 2001, p. 02).

Ainda sobre o tema, Deleuze, vai nos apontar que:

> Espinoza afirma: não sabemos o que é um corpo. Ele refere-se à chamada consciência e seus decretos, da vontade e seus efeitos, dos meios de dominar o corpo, das paixões. E diz: o corpo ultrapassa o conhecimento que dele temos. Por isso, a consciência é o lugar de uma ilusão. Ela recolhe

[1] Título de um artigo de Luiz Fuganti.

> efeitos, mas ignora as causas. Em suma, as condições em que conhecemos as coisas e tomamos consciência de nós mesmos condenam-nos a ter apenas idéias inadequadas, confusas. Reduzidos à consciência dos acontecimentos, não podemos sair do assujeitamento; temos, portanto, que interrogar as produções sociais (DELEUZE. 1974, p. 267).

Estamos, portanto, no campo da moral — muitas vezes confundido com o da ética — aquela que impõe deveres a instâncias exteriores (o Estado, o bem, a lei, a razão, Deus, as hierarquizações e os valores declarados universais e transcendentes ao tempo em que emergiram).

Assim, segundo Deleuze, é importante voltarmo-nos para uma potência positiva que nega tanto os modelos quanto as reproduções.

O que propomos e afirmamos, portanto, é algo distinto daquele modo de pensar. Um pensar sem modelos a repetir, sem verdades a determinar o *modus-vivendi*. Um pensar, como dissemos anteriormente, que exige criação e invenção. Um pensar que está no plano dos acontecimentos e evidencia-se nos movimentos e grupalidades que possibilitam a inauguração de outras formas de existência, expressando sensações e criações diversas daquelas impostas e reproduzidas. Por isso, afirmamos ser possível experimentar um mundo sem assujeitamentos, um mundo auto-regulável, apesar das constantes capturas e constrangimentos a que estamos sujeitos e expostos a cada momento de nossas vidas.

A moral não se refere ao exposto acima. Ao contrário, ela remete à idéia de seguir o referencial das leis, o que imediatamente configura um assujeitamento.

A construção de um "eu" das essências irá nos tornar prisioneiros da moral, que impõe proibições e obrigações, um "deve-se". Entendemos que estes deveres são historicamente criados, datados, sendo locais, fragmentários, parciais e temporários, e não universais, homogêneos e totalizantes segundo a concepção dominante.

Portanto, a moral estará sempre relacionada a um sistema de julgamento, o que a diferencia da ética, que desarticula esse sistema. A moral impõe e naturaliza a oposição entre os valores universais bem/mal, aos quais o homem sempre deverá estar subordinado. Essas categorias de bem/mal referem-se ao já assinalado, à falta/mérito, ao pecado/remissão.

Não por acaso, esse tipo de pensamento é o sustentáculo do sistema capitalista contemporâneo, onde ao lado da crença nas essências se afirma também a responsabilidade individual. Cria-se a falsa noção de sujeito autônomo, do livre arbítrio, e que se dá sempre no

plano individual, respaldado pela crença na democracia representativa. Produz-se a reificação do indivíduo. Neste modo de ser e de estar no mundo, tudo será responsabilidade e atributo do sujeito. Entretanto, esta é apenas uma das formas possíveis de subjetividade em nosso mundo. Ela expressará uma característica cara ao modo de funcionamento capitalista: a meritocracia onde tudo depende da capacidade e da eficiência individual. Cada um passa a ser responsável pelo que é e pelo que consegue fazer. Hoje, no neoliberalismo, exige-se que esse homem seja cada vez mais flexível. O fracasso e o sucesso são, então, considerações individuais associadas ao bem e ao mal.

O mundo contemporâneo é chamado por Guattari de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), pois se pensarmos em termos de produção de subjetividades não há diferença entre o chamado mundo capitalista e os países considerados socialistas. A sociedade contemporânea é percebida como o mundo livre, aberto, das liberdades democráticas, onde se glorifica o mito da mobilidade social, onde o indivíduo é percebido como aquele que, se possuir méritos, terá aprovação e reconhecimento, "vencerá na vida". Assim, o grande contingente de excluídos teria uma essência faltosa, seriam considerados marginais, desordeiros, danosos e pecadores.

Da mesma forma, os contestadores, os não convencionais, os diferentes, os fora-da-norma, os transgressores e, mais do que nunca, os inventores, criadores e construtores de outros modos de viver e existir também seriam indesejáveis, pois estariam habitando o território da falta, do "mal". Em suma, seriam perigosos.

3. A moral e o dispositivo da periculosidade

> *(...) a grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que eles representam.*
> *Michel Foucault*

A emergência das chamadas classes perigosas, segundo Foucault, deu-se em meados do século XIX, com o surgimento do capitalismo industrial, através do dispositivo da periculosidade. Segundo o autor, tão importantes quanto as ações que o sujeito tenha praticado são as que ele poderá vir a fazer dependendo de sua "natureza". É o controle das virtualidades que se dá através da disciplina, do submetimento, do terror, das leis e normas que preservam a distinção bem/mal.

Justificam-se, assim, através do conceito de periculosidade, não somente as desigualdades sociais, os recursos de dominação e as contínuas violações dos direitos humanos.

A pobreza, ao longo dos dois últimos séculos, vem sendo associada ao perigo, à desordem, à violência, à criminalidade. Continuam sendo produzidos os "novos inimigos do regime": os segmentos mais pauperizados, todos aqueles que os "mantenedores da ordem" consideram suspeitos e que devem, portanto, ser evitados e mesmo, eliminados Para esses "enfermos" — vistos como perigosos e ameaçadores — são produzidas identidades cujas formas de sentir, viver e agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São crianças e adolescente já na marginalidade ou que poderão — porque pobres — ser atraídos para tal condição e que devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria — já que não pode mais ser escondida e/ou administrada — deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem, incomodando os "olhos, ouvidos e narizes" das classes mais abastadas.

Essa é a produção de "bodes expiatórios", também assinalada na pesquisa de Baratta (1993), quando se projeta o mal numa parcela da sociedade que nos é "externa", pela qual não temos responsabilidades, visto dizer respeito aos criminólogos, aos técnicos e ao Estado, quando muito. De certa forma, em muitos casos não há solução, por ser da natureza, da história e do meio ambiente desses indivíduos.

Também, nos anos 60 e 70, durante o período de ditadura militar, aqueles que se opuseram ao regime de terror então imposto — os considerados "inimigos internos" segundo a Doutrina de Segurança Nacional vigente à época — foram tratados como criminosos violentos, justificando-se, então, as práticas de prisões ilegais, seqüestros, torturas, mortes e desaparecimentos de corpos com o objetivo de contê-los. Contenção esta não somente a título de punição e exemplo, mas objetivando a produção de uma outra história: a história oficial que tenta ocultar os pensamentos, as práticas, os movimentos e a potência de grupos comprometidos com a possibilidade de transformação social.

Entendemos, assim, que a memória histórica oficial tem sido produzida pelos diferentes equipamentos sociais no sentido de apagar os vestígios que as classes populares e os opositores vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta num esforço contínuo de exclusão dessas forças sociais como sujeitos que forjaram e estão forjando também uma outra história, nunca narrada oficialmente. Conseguem, com isso, produzir

subjetividades que desconhecem, desfiguram ou distorcem os embates dos "vencidos", como se estes não estivessem presentes no cenário político. Além da tentativa de liquidar seus adversários na luta política, essa história oficial tenta, principalmente, "apagar a lembrança de suas propostas, de seus projetos". (CHAUÍ. 1964, p. 17).

Um exemplo da produção dessa história oficial pode ser encontrado em um documento do Centro de Informações da Aeronáutica, carimbado de "confidencial" e encontrado pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ no Arquivo do DOPS/RJ, que informa o seguinte:

> A imprensa noticia e os órgãos de informação costumam referir-se aos bandos terroristas e subversivos que agem no território nacional como ORGANIZAÇÃO. É comum ler-se que a Organização VPR, a Organização ALN, etc, realizou essa ou aquela AÇÃO.
>
> A conotação que o termo "Organização" sugere é o de uma verdadeira "Instituição", algo assim como a Organização das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos, etc, dando ao público uma visão distorcida e permitindo que o bando terrorista se apresente ao público como coisa organizada, bem estruturada, solidificada, baseada em filosofia, doutrina e propósitos profundamente fundamentados, como se fosse uma Instituição de Amparo à Infância ou Associação dos Pais de Família.
>
> Por outro lado, a notícia do cometimento de uma AÇÃO apresenta um conotativo de força, energia, batalha.
>
> Parece-nos que é inteligente substituir a palavra "Organização" pela palavra "bando", cuja conotação sugere "quadrilha de ladrões", "banditismo", dando a idéia de ilegalidade, amoralidade, falta de civilidade.
>
> A palavra "ação" substituída por "assalto", "crime", "roubo", "chantagem", "assassinato", etc, dará ao público a idéia depreciativa do acontecido, despida de conotação de força, energia, batalha, ressaltando o sentido de injustiça, arbitrariedade, desespero, brutalidade, mesquinhez.
>
> Este Centro, a partir de 1º de abril próximo, passará a utilizar em seus documentos essas palavras (...) e sugere que o SNI e o MJ, em seus relacionamentos com os diversos órgãos de imprensa, busquem a cooperação desses veículos no sentido de evitar as palavras "Organização" e "Ação" (...) (Apud COIMBRA. 1995, p. 54-55).

Em resposta a este documento, enviado a todos os órgãos de informação no Brasil (civis e militares), o DOPS/RJ, além de concordar com a "sugestão" do CISA, acrescentava que:

> (…). A bem da verdade, essa resolução já vem sendo utilizada pelo Governo Uruguaio, através de legislação especial, proibindo aos órgãos de imprensa a menção do nome: TUPAMAROS, sendo-lhes usados como substituto os termos : "sediosos, insurretos".
>
> (…). Cumpria, entretanto, não ficar tal proposição no âmbito dos órgãos de segurança, mas também, ser empregado pelos órgãos de comunicação (…). (Apud COIMBRA. 1995, p. 55)

Sem entrarmos na análise sobre o nível de amordaçamento em que se encontravam os meios de comunicação naquele momento em nosso país, e a massiva produção de subjetividades "anticomunistas" que se forjava em todo o continente latino-americano, seria importante pensarmos na questão da história e na memória que estavam sendo fabricadas naquela época e trazidas para as futuras gerações.

4. Um modo de vida ético: o bom/mau

> *É por isso que tal modo de existir, ser e pensar pressupõe espíritos livres (…), espíritos generosos e doadores de vida e de novos sentidos para esta, que se encontram bem acima das avarentas leis humanas. Vidas que não possuem como valores principais a segurança, a conservação, a regulação, as regras, as leis, os hábitos. Espíritos desprendidos e ousados nos quais reinam as forças ativas e criadoras, isto é, potências artísticas que amam (…) o desconhecido, o imprevisível, as misteriosas surpresas do estranho. Assim, o pensamento, em vez de reprimir, negar ou acusar a vida, potencializa-a.*
> *Luiz Fuganti*

Para nós, as perspectivas da lei, do bem e da obediência que normatizam as condutas, constituem-se em uma atitude moral que se distingue de uma outra postura, a que chamamos ética.

A ética pressupõe uma outra atitude diante do mundo, um outro olhar filosófico e político, que desarticula o sistema do julgamento, não aceitando a oposição bem/mal.

> O modo de vida ético não é o do livre arbítrio para o Bem a partir da livre recusa do Mal. Bem e Mal são ficções fundadas em uma mesma ilusão de consciência. Essa suposta liberdade nada mais é do que a ignorância das causas que determinam (nossas vidas)(...) (FUGANTI. 2001, P. 03).

Esta forma ética de entender o mundo reafirma diferentes modos de existência pautados pela noção de bom/mau, onde se entende que cada ser, singular e coletivamente, constitui processual e dinamicamente diferenças. O que vale dizer que todo ser tem nele a potência de afirmar as próprias diferenças que estão em contínuo processo de constituição, diferenciação, movimento e mudança. Isso significa não se reger pelos princípios do bem/mal, mas de entender também a vida como em constante diferenciação onde o bom/mau são vividos de forma múltipla e diversa.

É importante lembrar, mais uma vez, que as práticas sociais constituem continuamente subjetividades (modos de pensar, perceber, agir, sentir) que afetam a todos diferentemente.

Ninguém deixa de ser afetado pelas produções, somos agentes dessas afetações e podemos transformá-las ou não: somos também agentes produtivos de subjetividades.

> Sabemos que cada um experiencia a vida de forma singular (...) (mas queremos destacar) a vivacidade dos encontros com a multiplicidade de elementos dos percursos. Um mesmo caminho pode ser uma multiplicidade, dependendo de como sentimos e percebemos e nos dispomos de fazê-lo, contá-lo ou registrá-lo... (KNIJNIK. 2005, p. 01).

Tais possibilidades se aproximam da noção de nomadismo do pensamento aberto às mudanças, sentidos, desvios, direções as mais diversas.

5. Os bons e maus encontros

> *O problema ético parte da compreensão de que, como dizia Espinoza, tudo na natureza participa de uma ordem comum de encontros. Bons e maus encontros, eis o objeto da problematização ética.*
> *Luiz Fuganti*

O filósofo Espinoza, para explicar o que entende por "mau" vai lançar mão de uma explicação não moral. Para ele, o mau será sempre o que chama de um mau encontro que é como se fosse

> ...a ingestão de um veneno,...que diminui ou destrói nossa potência de existir, nos entristecendo ou matando. O bom seria como um alimento, que se compõe com nosso corpo, constituindo um bom encontro, a medida que aumenta nossa potência de existir, produzindo afetos de alegria. Como um alimento ou um veneno, nem tudo o que é mau em um momento para um indivíduo, em um determinado lugar, o é necessariamente, se um dos elementos no encontro variar, como o lugar, o tempo, o corpo ou a idéia (FUGANTI. 2002, P. 04).

Desta forma, o que pode ser veneno para nós num determinado tempo ou lugar pode ser alimento em outro tempo ou lugar.

No cotidiano do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, temos estado atentos para potencializar e afirmar os bons encontros. Difícil tarefa, pois seus membros constituem-se, principalmente, de familiares de mortos e desaparecidos políticos e de militantes que sofreram ou não os horrores da tortura, do exílio e da clandestinidade e, ainda, de muitos que hoje são atingidos pelas mais diversas violências institucionalizadas. Como transformar os efeitos dessas experiências pontuadas pela dor, sofrimento, negação e perdas em instrumentos de luta, potencializando e resignificando essas vidas?

O silenciamento a respeito de suas histórias, o encobrimento oficial de suas vivências, tudo remete à fragilização, à tristeza, ao desânimo e à impotência.

No entanto, sempre entendemos que a força de suas lutas e intervenções no cotidiano evidenciam o guerreiro, o transformador, o nômade que há em cada um.

O retorno à militância, à participação ativa nos enfrentamentos e na reafirmação da solidariedade através das iniciativas do grupo, sempre coletivas, tem trazido para muitos outras relações com o mundo, onde a alegria se expressa, onde o veneno se esvai, quando a vida se faz mais vibrante.

Uma militante disse, uma vez: "É preciso lembrar para esquecer". Eis a memória dos que viveram e vivem as violências. Não uma memória individual, mas uma memória que é de todos nós, não como ressentimento, mas uma memória viva, que pode nos ajudar a entender a vontade de garantir os direitos humanos hoje. Memória que não é privada, mas é necessariamente a história de todos: dos povos, das etnias, das comunidades. As histórias dos outros, que também sempre serão nossas. Não por acaso a intensa luta que vêm desenvolvendo o Grupo Tortura Nunca Mais e outras entidades pela imediata abertura de todos os arquivos, ainda hoje considerados secretos, do período da ditadura militar.

Um outro depoimento nos afirma que:

> A fala, a denúncia, o tornar público, nos retiram do território do segredo, do silêncio, da clandestinidade. Com isso, podemos sair do lugar de vítima fragilizada, despotencializada e ocuparmos o da resistência, da luta, daquele que passa a perceber que seu caso não é um acontecimento isolado; ele se contextualiza, faz parte de outros e sua denúncia, esclarecimento e punição dos responsáveis abre espaço e fortalece novas denúncias, novas investigações. A dimensão coletiva desse caminho se afirma e, com isso, temos a possibilidade de começar a tocar na impunidade; de mostrar que tal quadro (...) pode ser mudado, pode ser revertido (COIMBRA. 2004, p.12)

Esta não pretende ser uma atitude reativa com o intuito de apenas denunciar e reivindicar o endurecimento de penas, punições mais severas — como se vê na contemporaneidade através das práticas do Estado Penal, repressor, cruel e policialesco —, mas objetiva enfatizar que a impunidade tem adubado a violência hoje e que combatê-la é uma via para tentar mudar a história das práticas institucionais. Nesse sentido, cabe mais a publicização dos crimes perpetrados pelo Estado e de uma postura de não aceitação desses crimes. Entendemos que esta é uma questão ética que não se prende ao campo moral.

Desejamos, assim, enfatizar o que pensamos ser bom em relação a esses fatos para que a vida seja mais intensa, mais prazerosa e alegre, voltada para o coletivo. A vida pode ser cooperação e solidariedade, apesar das contínuas e sedutoras cooptações que se fazem cada vez mais nestes tempos onde os "cantos de sereia" ocorrem cotidianamente.

Tais questões têm tido repercussões não somente na militância pelos direitos humanos, mas dizem respeito a qualquer prática profissional.

Por ocasião da aprovação do novo Código de Ética dos psicólogos, em maio de 2005, por exemplo, o presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro assim se pronunciou:

> (Se a ética é) o campo da escolha, da decisão livre... não pode se submeter à códigos, mandamentos, leis ou ordenamentos obrigatórios... (Por ser) a moral, o espaço do assujeitamento, da obediência, da imposição de regras e ditames do dever, seria, portanto, uma impropriedade chamar um conjunto de princípios e normas de conduta profissional, de Código de Ética. Mais conveniente e apropriado seria Código de Moral ou Código de Conduta Profissional (NOVAES. 2005, p. 04).

6. Crítica e transformação

> *Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos (...). É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo.*
> *Gilles Deleuze*

Chamamos, pois, ética a uma capacidade da vida e do pensamento que nos constitui e nos permite selecionar, nos diferentes encontros que temos, algo que possibilite ultrapassar as experiências condicionadas pela sociedade em que vivemos em direção a outras experiências, mais abertas, mais livres e diversas, em um processo de aprendizado e avaliação crítica constante.

Como, apesar deste mundo neoliberal de controle globalizado, efetuar uma existência voltada para uma ética onde possamos evitar nos sentir prisioneiros de pré-conceitos, de verdades, de modelos definidos? Como buscar não ser apenas produtor-reprodutor e, portanto, refém de uma moral consumista, mercadológica, individualista, ajuizadora, condenatória, autoritária, segregadora, hierarquizante, disciplinadora e controladora, a qual vem se fortalecendo nestes tempos atuais?

Entendemos ser importante uma análise crítica constante em relação às produções e práticas sociais: avaliá-las continuamente para distinguir e perceber as "armadilhas" cotidianas capturantes estabelecidas através dos poderes e valores vigentes, os quais se voltam contra nossas próprias existências.

Faz-se necessária a produção de:

> ...homens livres por estarem ligados a sua própria potência de produzir e afirmar seus devires criadores. É a partir do modo que se produz e se transmite energia, que não mais parasita, mas que estabelece... (intensos encontros), que as condições de existência da vida poderão encontrar seu meio de expansão e expressão da alegria, efeitos do aumento da capacidade de agir e pensar da Terra, na Terra, pela Terra. (FUGANTI. 2001, p. 88).

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Maria do Rego Monteiro. *O Simulacro na Clínica*. Rio de Janeiro: USU, 1990, 110 p. (Programa de Especialização em Psicanálise da CEPCOP), memeogr.

BARATTA, Alessandro. Filósofo de uma Criminologia Crítica. *Mídia & Violência*. Rio de Janeiro: FAPERJ, p. 13-24, 1994.

COIMBRA,Cecília Maria Bouças. Gênero, Militância e Tortura. Strey, Marlene; Azambuja, Mariana & Jager, Fernanda (orgs). *Violência, Gênero e Políticas Públicas*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 45-62.

_____. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Ed. Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças & Leitão, Maria Beatriz Sá. Das Essências às Mutiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Revista Psicologia & Sociedade*. Porto Alegre: ABRAPSO, v.15, n° 2, p. 6-17, jul/dez.2003.

DELEUZE, Gilles. *A Lógica dos Sentidos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

_____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *Espinoza, Filosofia e Prática*. São Paulo: Ed. Escuta, 2002.

FUGANTI, Luiz. *A Ética Como Potência e a Moral Como Servidão*. São Paulo: 2001, mimeogr.

_____. Saúde, Desejo e Pensamento. *Saúde e Loucura*, nº 2. São Paulo: Ed. Hucitec, p. 19-82, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2001.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GUATTARI, Félix & Rolnik, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: as pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KNIJNIK, Luciana. *Memória, Tortura, Corpo*. Niterói: UFF, 2005. 22p. (Programa de Pós-graduação em Psicologia), mimeogr.

NOVAES, José. Psicólogos Têm Novo Código de Ética. *Jornal do CRP/RJ*. Rio de Janeiro: ano 2, n° 6, p. 4, set.2005.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: Cadernos da UNB, 1982.